

A Estrutura do Valor Patrimonial

Pedro Manuel Cardoso

Resumo

Este Artigo é o relato da descoberta de uma *Estrutura do Valor Patrimonial*. Independente quer dos «objectos» [documentos, colecções e museus] que foram sendo o Património, quer dos «usos» [expografias, representações, narrativas mediações e serviços] que lhe foram sendo dados nas épocas histórico-sociais que se sucederam no percurso humano. Este resultado remete, num primeiro momento, para a discussão de cinco questões-chave, cujas consequências para a Museologia se repercutem quer no plano teórico quer no plano prático. Sendo uma delas, a de substituir o «instinto de coleccionar» na teoria museológica.

Palavras-chave: Museologia; Património; Estrutura do Valor Patrimonial.

Introdução

Este Artigo apresenta os resultados da investigação sobre as «razões e motivos com base nos quais os objectos ou os usos se transformaram ou foram classificados como Património» – que aqui designamos por «valor patrimonial».

A ideologia do Desenvolvimento é a orientação programática decidida pela comunidade museal para conduzir os destinos do Património aproximadamente a partir dos anos 1970 (J. Primo,

2002). A palavra «desenvolvimento» entra pela primeira vez na definição de museu do Conselho Internacional de Museus (ICOM) na 11ª Assembleia-Geral, ocorrida em Copenhaga entre 5 e 14 de Junho de 1974: “*A museum is a non-profit, permanent institution in the service of the society ant its development [....]*” (Estatutos do ICOM 1974, secção II, artigo 3). Esta submissão á ideologia do Desenvolvimento manteve-se inalterada na actual definição: “*A museum is a non-profit, permanent institution in the service of society and its development, open to the public, which acquires, conserves, researches, communicates and exhibits the tangible and intangible heritage of humanity and its environment for the purposes of education, study and enjoyment*” (ICOM Statutes, adoptados na 22.ª Assembleia-Geral, realizada em Viena de Áustria em 24 de Agosto de 2007).

O problema surgiu quando procurávamos estabelecer uma grelha de comparação com o que ocorrera no Património antes do aparecimento dessa influência do Desenvolvimento. Concretamente, ao pretendermos averiguar esse impacto nas variáveis: “*objecto*”, “*uso*” e “*valor patrimonial*”. O que nos obrigou, para responder à pergunta contida na hipótese inicial, a compará-las com o que existira antes.

Presumimos que nas referências bibliográficas facilmente encontraríamos essa variação ocorrida nas três variáveis. Todavia, ao invés, deparámo-nos com um percurso museal contado com base na «*materialidade do património*» [objectos-documentos-colecções-museus]; ou contado a partir dos «usos» [expografias-representações-narrativas-discursos-mediações-serviços] – que encontram na «relação com as idiosincrasias das várias épocas históricas ou contextos sócio-políticos» uma explicação.

Esta dicotomia entre «objectos» *versus* «usos» constitui, de facto, um obstáculo sem saída ao propósito da comparação. Esses dois modos de narrar o percurso museal ao excluírem o *valor*

patrimonial ficam prisioneiros, por um lado, da materialidade do património e da respectiva aparência formal ou estética; por outro, dos “usos” ligados ao particularismo próprio de cada época histórica-social. Uma tendência que provoca na actualidade demasiados trabalhos a tentar revelar “os argumentos implícitos nos discursos e nas representações” seja a nível ideológico, político, sócio-cultural, ou outro.

Verificámos a inexistência de um trabalho de sistematização com base no “valor patrimonial”. Que contasse o percurso museal a partir das «razões e motivos com base nos quais os objectos ou usos se transformaram ou foram classificados como Património».

O valor *patrimonial* é reduzido, pela quase totalidade dos autores, à hipótese de Leroi-Gourhan, da existência de um famoso “instinto de coleccionar”. Para Pomian, a operação que transforma os objectos e a realidade em semióforos ou colecções também se baseia nesse argumento (Pomian, 1984). Mas ao fazerem-no, curiosamente, aceitam que, em certa medida, esse “instinto” não depende nem dos «objectos» nem dos «usos». Nem sequer de terem ocorrido na Europa, aceitando que se mantém inalterado desde as primeiras sociedades humanas. *La Muséologie* de G. H. Rivière, em 1989, em cuja redacção colaboraram cerca de trinta museólogos, é o melhor exemplo deste tipo de discurso. A aceitação deste argumento estritamente biológico, em cima do qual se constrói sem questionamento todo o restante edifício teórico da museologia e da história do percurso museal, merece crítica. Bastando confrontá-lo com aquela classe de objectos e usos que Godelier constatou adquirirem uma qualidade patrimonial, quando revisitou a *troca* e a *dádiva* na perspectiva de uma etnografia comparada, e num sentido mais amplo e antropológico. Objectos e usos que, por isso, também nas sociedades ditas primitivas “não se devem dar nem vender, e que se devem guardar...” (M. Godelier, 2000).

A pesquisa tornou evidente que essas duas perspectivas tradicionais de contar o percurso museal, sem o contributo de uma terceira centrada no «valor» – que com elas funcionasse em complementaridade – constituíam um obstáculo á comparação. E a falta desta terceira perspectiva impossibilitava construirmos, no nosso trabalho, uma grelha de comparação. Pois deixava as variáveis «objecto», «uso» e «valor» demasiado dependentes de factores exteriores à especificidade patrimonial, que é o mesmo que dizer, àquilo que os tornou Património.

Esta constatação permitiu compreender que, ao se destruir a relação tripartida entre «objecto», «uso» e «valor», se estava a esvaziar a Museologia do seu *corpus* de saber.

Impedir que se torne independente dos «*objectos*» e dos «*usos*» equivale a cortar-lhe a possibilidade de ser um ramo autónomo do saber sobre o Património. Negar-lhe o recurso à comparação é impedir que o “*processo de musealização*” se possa relativizar. Fazendo-a cair, ou num mero ramo da sociologia e da história ou, no outro extremo, confundindo-a com um ramo da física dos materiais ligada à preservação (conservação e restauro). Tendência que se pode verificar, também em Portugal, em muitos *curricula* académicos sobre museologia e património. Onde se vêm de um lado «cursos de museologia», e do outro «cursos de património denominados de conservação e restauro», que tendem a ser considerados como a verdadeira «ciência do património».

Esta lacuna constituiu um obstáculo ao trabalho de sistematização e de comparação que necessitávamos, para averiguar o impacto do Desenvolvimento no Património. Mas essa dificuldade permitiu a descoberta de uma *Estrutura do Valor Patrimonial*, independente quer dos *objectos* que foram sendo o Património, quer dos *usos* que lhe foram sendo dados nas épocas histórico-sociais que se sucederam no percurso humano.

Com a introdução deste terceiro termo o famoso impasse entre «materialidade» [coisa/objecto/colecção/museu] e «narrativa» [uso/expografia/mediação/serviço] desmorona-se. Acabando com um impedimento que, há tempo demais, prejudica a museologia e a desqualifica – quer nos concursos para «projectos de museus», quer nas discussões com as outras «especialidades e especialistas de outras áreas».

O que teve uma consequência imediata no prosseguimento da pesquisa, pois este resultado permitiu estabelecer uma linha de investigação com o objectivo de averiguar se os elementos constitutivos dessa «estrutura do valor patrimonial» se mantêm inalterados, ou mudam, por efeito de uma «influência cultural». Concretamente, no caso da investigação que prosseguimos, se mudaram por influência da decisão de se ter colocado “o *Património ao serviço do Desenvolvimento*” (Hochroth, 2008; ICOM *Statues*, 2007).

Em suma, o que ocorreu não foi completamente um acaso. Esta inesperada descoberta, de uma «estrutura do valor patrimonial», sem que a tivéssemos sequer suposto inicialmente, tem mais a ver com algo de estocástico. Pois o alvo, como referimos em 2001, foi sempre iluminado, desde essa altura, pelo texto “*A construção do objecto museológico*” de Mário Moutinho, publicado em 1994. Este Artigo também é, assim, mais um daqueles relatos que tão frequentemente ocorrem no processo de investigação: o confronto com um dado inesperado, mas suficientemente forte para influenciar o decurso da pesquisa, e a visão do que está em jogo com a Museologia.

Resultados

O resultado desta pesquisa permitiu que discerníssemos oito valores patrimoniais, e supor um nono, que adiante se resumem numa Tabela:

Valor Patrimonial	Motivos	Exemplos
1	<p>O valor dos <i>objectos</i> e dos <i>usos</i> como recurso energético, alimentar, informacional, de acumulação/acréscimo de “riqueza”, de “poder”, quer a nível individual ou colectivo.</p> <p>«Objectos e usos» transformados em Património por causa do seu valor como recurso de preservação da biodiversidade; e/ou acumulação de matérias-primas; para aumentar a probabilidade de sobrevivência e a melhor adaptação individual ou colectiva.</p>	<p>Celeiros antigos e modernos; tesouros reais ou republicanos, públicos ou privados. Museu das Sementes. Bancos de dados vitais. Reservas agrícolas, marítimas e de outras matérias-primas.</p>
2	<p>O valor dos <i>objectos</i> e dos <i>usos</i> como instrumento de comunicação com o além, com o inacessível, com o futuro ou com o invisível.</p> <p>«Objectos e usos» transformados em Património para operarem o contacto/comunicação entre o presente e o futuro, entre o material e o espiritual, entre o aqui e o além, entre o acessível e o inacessível, entre a realidade e a consciência da realidade. Um <i>motivo patrimonial</i> ligado ao auto-conhecimento ou à retroacção sobre si mesmo, servindo para adquirir consciência da condição humana, ou dos limites do que se é. Por exemplo dos limites da sua capacidade, ou do grau da</p>	<p>Ocre há 100 mil anos; instrumentos e objectos sagrados do passado e do presente; espaços e terrenos definidos como «sagrados» ou excluídos de um uso de troca ou de dádiva; igrejas, santuários, mosteiros, e alguns cemitérios; algumas rezas, benzeduras e procissões; ex-voto; amuletos, mezinhas. Capela dos Ossos; relicários na Idade Média, mas também</p>

	<p>transitoriedade. Os «objectos e os usos» transformam-se em Património por causa da capacidade de darem consciência dos limites da condição dos seus possuidores/usufrutuários. Por permitirem ultrapassar, ou estabelecer um contacto, com uma instância para além desses limites e dessa condição.</p>	<p>por ocasião do “11 de Setembro”, ou dos atentados actuais; objectos/documentos de «utopias» e «projectos» (Antropologia do Projecto).</p>
3	<p>O valor dos <i>objectos</i> e dos <i>usos</i> como sinalizadores da habilidade ou da genialidade humana, individual ou colectiva.</p> <p>«Objectos e usos» transformados em Património por serem ilustradores e sinalizadores da capacidade humana [por vezes, separada do seu autor ou possuidor, mas servindo-se dele como ícone/exemplo]. Incluem as obras-primas e os feitos que ilustram o génio e a habilidade humana, sejam militares, políticos, técnicos, sociais, culturais, artísticos ou outros.</p>	<p>Realizações artísticas, jóias, edifícios, monumentos, catedrais, documentos literários, instrumentos bélicos, musicais, técnicos, artísticos, arquitecturas, intervenções culturais na paisagem e na Natureza.</p>
4	<p>O valor dos <i>objectos</i> e dos <i>usos</i> em si mesmos, por serem desconhecidos e diferentes.</p> <p>«Objectos e usos» transformados em Património pela abdução que permitem. Por deles se depreender um raciocínio abduutivo. Geralmente apresentados isoladamente [objecto isolado], fora de séries ou colecções. Por causa da sua aparência formal, material, ou pelo envolvimento afectivo ou emocional particular que provocam; ou por servirem para sinalizar um evento da</p>	<p>Alguns Gabinetes de Curiosidades e Salas de Maravilhas na Europa, sobretudo no século XVI; bolsos das crianças (Museu do Jogo FMH/UTL, 1998; CAI/ACARTE, 1994); por causa de terem tido/provocado um envolvimento afectivo/emocional;</p>

	Natureza ou da Cultura considerado crucial ou pregnante sem razão ou justificação <i>a priori</i> . Constituindo-se como património, também, por motivo de uma apreciação humana do tipo estético ou emocional [surpresa, descoberta, dúvida, medo, curiosidade, júbilo].	
5	<p>O valor dos <i>objectos</i> e dos <i>usos</i> pela relação de analogia que estabelecem entre si (objecto em séries, colecções).</p> <p>«Objectos e usos» transformados em Património pela analogia que se depreende da relação entre si [raciocínio de analogia]. Geralmente apresentados em séries ou colecções. Não valem por si mesmos, enquanto entes isolados, como no «valor patrimonial 4», mas por estabelecerem uma relação com outros análogos da qual se depreende o valor patrimonial.</p>	<p>Colecção de esmaltes azuis de Amenófis III no Egipto Antigo, no século XIV a.C.; os 3.000 objectos do tesouro do templo de Shôsôin conservados desde o século VIII d.C. em Nara; a colecção de 13650 botões de Francisco I em 1532; museu dos fósforos de Tomar na actualidade; coleccionismo e <i>memorabilia</i> actuais;</p>
6	<p>O valor dos <i>objectos</i> e dos <i>usos</i> como recurso de conhecimento.</p> <p>«Objectos e usos» transformados em Património por serem considerados possuidores de uma informação vital para a sobrevivência ou para o êxito adaptativo, seja para a reprodução, para a cura, para a reconstituição proteica, para a transmissão social ou cultural. Por servirem de marcas de retroacção de um «saber fazer», de um processo de produção/fabrico. Ou servirem para</p>	<p>Gabinetes e Museus de Ciência; objectos-documentos científicos; áreas ou conjuntos preservados para a finalidade do conhecimento; <i>habitat rooms</i> ou <i>period rooms</i>; os “Centros de Ciência Viva” e congéneres;</p>

	<p>datar e estabelecer uma cronologia ou um percurso evolutivo. Por servirem de marcas para recordar momentos/acontecimentos/factos. Por permitirem induzir ou deduzir a comparação [leis, princípios, regras], ou a sequência das etapas de uma realidade na perspectiva da sua antiguidade temporal ou espacial, evitando o perigo de desaparecimento ou de esquecimento. Ou servindo, num dado momento, para explorar o que rodeia [quer a nível do Outro, quer a nível da Natureza] permitindo dar consciência da condição exterior que constrange e desafia. Na expografia as séries passam a colecções.</p> <p>«Objectos e usos» transformados em Património pelo raciocínio de homologia que permitem. Por deles se depreender um raciocínio de causalidade. Por permitirem ou provocarem as operações de interpretação exegese ou hermenêutica que conduzem à Educação, formação e qualificação.</p>	
<p>7</p>	<p>O valor dos <i>objectos</i> e dos <i>usos</i> como construtores e sinalizadores de uma identidade individual ou colectiva.</p> <p>«Objectos e usos» transformados em Património para sinalizarem, ou mesmo para construírem uma Identidade, ou para permitirem aos Estados-Nação, clãs, grupos, sociedades, culturas <i>regere fines</i> (P. Bourdieu, 1989).</p>	<p>Estelas, obeliscos, estátuas, edifícios, campos de batalha, armaduras, instrumentos bélicos, monumentos-documentos, panteões, pórticos. Documentos e objectos de um personagem congregador da</p>

		Identidade; Casas-Museu; museus-ícones definidores da identidade de uma Nação [Louvre, Hermitage, Gugganheim, etc.], bandeiras, hinos.
8	<p>O valor dos <i>objectos</i> e dos <i>usos</i> como prova de uma afirmação ou classificação <i>a priori</i>.</p> <p>«Objectos e usos» transformados em Património para servirem de prova ou propaganda a uma teoria, dogma, «razão»/certeza, fé, doutrina, ideia/ideal [por ex. a ideia de evolução, de progresso, de creacionismo, de aparecimento <i>ex nihilo</i>, de convicção na ciência ou na astrologia, na obrigação moral da Democracia ou de outro qualquer regime político]. Para servirem de prova a uma relação <i>a priori</i>, que submete os objectos, as séries e as colecções.</p>	Museus/património do Evolucionismo vs. Museus/património do Creacionismo. Teoria, dogma, razão, doutrina, ideia, por ex. da evolução e progresso. Exposição dos “200 anos de Darwin” na FCG, 2009).
9?	Haverá um novo <i>valor patrimonial</i> a acrescentar a esta Tabela por efeito do impacto do Desenvolvimento no Património a partir dos anos 1970?	

Conclusões

O resultado desta Investigação, e os dados obtidos, permitem as seguintes conclusões provisórias:

i) «Os motivos pelos quais o património foi decidido» mostram que não dependem estritamente da materialidade ou das

propriedades físicas dos [objectos, colecções ou museus] que ocorrem num determinado momento ou época, mantendo-se activos como razões para decidir aquilo que é património apesar dos materiais e da aparência formal mudarem.

ii) «*Os motivos pelos quais o património foi decidido*» mostram que não dependem estritamente dos [usos, expografias, narrativas, discursos, representações, mediações, serviços] que lhe foram sendo dados nos vários contextos sociais, económicos ou políticos que se foram sucedendo, mantendo-se activos como razões para decidir aquilo que é património apesar desses contextos histórico-sociais mudarem.

iii) Da conjugação dos dois factos anteriores resulta, em termos lógicos, a forte probabilidade de existir uma *Estrutura do Valor Patrimonial*, transversal e independente quer da materialidade [objecto] quer das épocas históricas [uso]. Essa inércia e permanência da *Estrutura*, expressa na repetição e regularidade dos *motivos-razões* que a constituem, é a prova empírica da sua existência. A qual, provavelmente acompanha muito de perto toda história humana desde a hominização à actualidade.

iv) O que obriga a uma mudança no modo de caracterizar o percurso museal e a história do património, porquanto em cada época histórica passa a coexistir, em simultâneo, património referente a essas categorias de «motivos e razões» que constituem a *estrutura do valor patrimonial*. Ora assim sendo, a caracterização de uma etapa do percurso museal ou patrimonial deverá passar a ser feita obrigatoriamente por um «perfil ou uma equação de preponderância do valor patrimonial», e não, como usualmente, a partir da predominância de um tipo de património excluindo a relação com os outros que na mesma época coexistem.

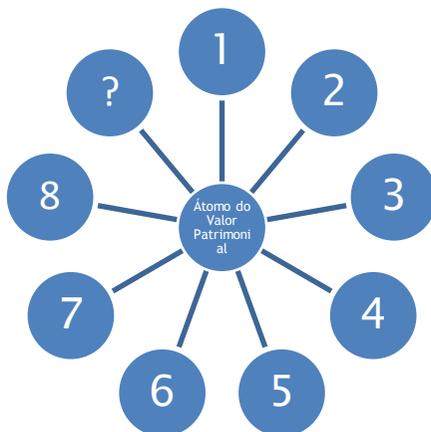
v) Obriga ainda a uma outra mudança no modo de caracterizar o percurso museal e a história do património, porquanto desfaz o impasse dual entre *objecto* e *uso* que predomina nas discussões

sobre museologia e património. Obrigando à consideração, na análise e discussão, de um terceiro termo independente dos outros dois.

vi) Os resultados permitem abrir a investigação sobre quantos e quais elementos constituíam a *estrutura do valor patrimonial* no início da história humana; e sobre o modo como surgiram e se foram estabelecendo.

vii) No que se refere a uma consequência imediata para o prosseguimento da pesquisa em museologia, este resultado permite estabelecer uma linha de investigação com o objectivo de averiguar se os seus elementos constitutivos se mantêm inalterados ou mudam por efeito de uma «influência cultural». Por exemplo, no caso de se verificar que, com o impacto do Desenvolvimento no património, foi acrescentado um novo elemento, então, isso provaria que esses elementos foram sendo acrescentados no decurso do tempo também devido a uma «influência cultural», e não foram todos herdados de uma anterioridade a Homo, ou de uma só vez. Ou seja, que não têm apenas uma proveniência biológica, nem se explicam por um “*instinto de coleccionar*”, como referem Leroi-Gourhan, K. Pomian e outros. Se assim for, poder-se-á afirmar ainda, que essa «estrutura do valor patrimonial» é um fenómeno criado por um processo bio-socio-cultural. Ou doutro modo dito, que essa «estrutura do valor patrimonial» não começou já feita ou concluída, antes se foi construindo à medida que as relações sociais e culturais, exigidas pela adaptação da Vida Humana à Natureza, foram aumentando de complexidade.

Discussão



Estrutura do Valor Patrimonial

O resultado desta investigação remete para várias consequências impossíveis de esgotar neste Artigo. Cujas repercussões afectam o modo tradicional de se conceber a museologia e o património, e abrem linhas de pesquisa ainda por realizar. Todavia, a descoberta desta «estrutura do valor patrimonial», independente da «materialidade» e da «narrativa», remete para a discussão de cinco questões-chave:

i) Como surgiu, e de onde veio esta *estrutura do valor patrimonial*?

ii) Quais os seus elementos constitutivos na actualidade, e de que modo se processou essa constituição?

iii) Qual o papel que desempenha no “*processo de musealização ou patrimonização*” (P.M. Cardoso, 2004), e no

nascimento da ideia e da preocupação humana pelo património e pela museologia?

iv) Qual a importância que desempenha no funcionamento da Memória humana?

v) Os seus elementos constitutivos mantêm-se inalterados ou mudam por efeito de uma influência cultural? É um fenómeno estritamente biológico, ou bio-socio-cultural, sujeito por isso a uma transmissão por aprendizagem?

Esta *Discussão* tem consequências e repercussão na Museologia:

No plano prático, remete para uma nova responsabilidade dos museólogos na concepção e definição dos «projectos e programas museológicos das infra-estruturas responsáveis pela gestão do património», quaisquer que sejam os domínios da realidade a musealizar. E, para uma mudança no «método de caracterizar patrimonialmente cada época histórica, e o próprio percurso museal», passando a ser necessário utilizar uma «equação do valor patrimonial» e um «perfil do valor patrimonial», de modo a ser possível captar todos os motivos da «estrutura do valor patrimonial».

No plano teórico, para a possibilidade de parte desta «estrutura do valor patrimonial» provir de uma evolução bio-social anterior a Homo, permitindo à Museologia inserir-se no campo mais vasto e básico da investigação dos processos de Memória (L. Squire, E. Kandel, 2002; K. Bettayeb, 2003; P.M.Cardoso, 2004), consolidando-se como ramo autónomo do saber e disciplina científica sobre o Património. Porque todos os dados empíricos apontam para que seja uma «estrutura profunda do comportamento humano directamente ligada às necessidades biológicas da Memória e da Identidade», surgidas em consequência da estratégia de

adaptação *eucariote*, há mil e duzentos milhões de anos (G. Lecointre, H. Le Guyader, 2001).

Será necessário uma investigação muito mais demorada e aprofundada para sistematizar este *resultado*, e torná-lo aceite pela comunidade museal (P.M. Cardoso, 2004a). Será necessário um trabalho colectivo de muitos contributos dados ao longo de vários anos. E nesse entretanto, se acontecer, haverá provavelmente resistências por motivos não-científicos, e outros, que não têm a ver com o teste empírico.

E, para testar empiricamente a consistência desta «Estrutura do Valor Patrimonial» não bastam os exemplos simples. Os que resistem à transversalidade das épocas e dos contextos sócio-históricos; ou aqueles que resistem á diversidade formal e á materialidade dos «objectos patrimoniais». Torna-se necessário confrontá-la com um exercício mais exigente e complexo. Que tome em consideração as alterações e as transferências de *valor patrimonial* que ocorrem quer no eixo da sincronia quer no da diacronia.

No que se refere à sincronia, referimo-nos às que ocorrem no percurso da maturação individual, desde a primeira à última idade. As crianças provavelmente pregam mais os valores patrimoniais associados à abdução ou á analogia formal. Mais tarde haverá uma deslocação para o envolvimento afectivo e emocional, para a sistematicidade, para as séries-colecções, até ao conhecimento; e, depois, para a predilecção por valores patrimoniais associados à valoração da estética, à reflexão abstracta e ao contacto com o futuro e o invisível. Ou seja, uma alteração e uma transferência de valor patrimonial por efeito da idade e da experiência do vivido.

No que se refere à diacronia, referimo-nos às alterações e transferências que ocorrem no percurso colectivo de aquisições técnicas e mentais das sociedades. O motivo ou a razão para a escolha do valor patrimonial de um documento-objecto-monumento

diferem em relação à intencionalidade da autoria e da encomenda. No momento próximo da sua criação/construção o valor patrimonial poderá ser atribuído por uma razão ou motivo muito diferente daquele que lhe será atribuído mais tarde, ou noutro contexto espaço-temporal. Por exemplo, os vitrais medievais das catedrais de Chartres, de Canterbury ou de Colónia que foram considerados património pelos contemporâneos de quem os fabricou pela primeira vez por causa de um valor patrimonial que cumpria bem a função de sinalizadores de uma identidade colectiva, ou da função religiosa de “trazer a luz às trevas” como refere Gottfried Frenzel (Frenzel, 1996:48); mas, mais tarde, desapossados desse envolvimento conjuntural, passam a ser considerados património por representarem um modo humano particular de produção do vidro. O mesmo ocorre com documentos-monumentos que mais tarde são classificados como património por representarem um estilo artístico, uma etapa da arquitectura, uma marca civilizacional. Por exemplo, o Mosteiro dos Jerónimos em Lisboa, que foi construído para ser um testemunho do agradecimento ao divino, mas também de anúncio ao feito grandioso de um rei e de uma Nação, e depois adquire um valor patrimonial por representar um momento com significado na história da arte, designado por “estilo manuelino”. Outro tipo de transferência do valor patrimonial ocorre, por exemplo, quando a investigação por *carbono 14* aos pólenes fossilizados da pequena herbácea do Ártico de flor branca *Dryas Octopetala* transforma a mera ocorrência botânica na marca demonstrativa do início da deglaciação e do aumento da temperatura na Europa há 10.500 anos, adquirindo nesse momento um valor patrimonial de prova de um período paleoclimático que toma de empréstimo até o seu nome, ficando a designar-se por “*episódio interglacial de frio de Dryas*” (Lézine, 2000:128). Ou, quando o sítio de Messel na Alemanha foi declarado Património da Humanidade pela UNESCO em 1995, não por ter sido o que foi até essa data, mas por se ter percebido que era um dos melhores locais no Mundo para estudar o Eoceno, e o aparecimento dos mamíferos. Ou, quando o valor patrimonial de

testemunho da «evidência da crosta terrestre» é transferido das rochas de *Agnasta Gneiss* para as rochas metamórficas de *Nuvvuagittug* na baía de Hudson no Canadá, por serem mais antigas 230 milhões de anos, e terem apresentado uma datação dos isótopos de neodímio e samário de 3,8 a 4,23 mil milhões de anos, tornando-as a partir de 2008 no património geológico mais antigo até ao momento conhecido na Terra.

Estes exemplos provam que, quer o deslocamento diacrónico quer o sincrónico, produz alterações e transferências no valor patrimonial, as quais devem ser totalmente captadas pela *Estrutura do Valor Patrimonial*.

Mas provam também a importância dos resultados alcançados. Porque permitem compreender que há uma coexistência dos valores patrimoniais dentro de um mesmo «*objecto* ou *uso*», à qual não se pode fugir. Seja em parte ou na totalidade, estejam já sedimentados na sua história concreta ou em possibilidade futura, haja a preponderância de um deles ou não, essa coexistência tem que ser considerada. O que obriga doravante, como propusemos, à utilização de uma «equação ou perfil do valor patrimonial» para serem correctamente classificados pela Museologia.

Em suma, esta investigação permite afirmar – com os dados disponíveis até ao momento – que são oito as «razões e motivos com base nos quais os objectos ou os usos se transformaram ou foram classificados como Património». A independência desses motivos-razões quer em relação aos “objectos” quer aos “usos” remete para a existência de uma *Estrutura do Valor Patrimonial*, que substitui o “instinto de coleccionar” na teoria museológica.

Referências Bibliográficas

- Cardoso, P.M. (2004). *Preservar e Desenvolver em Museologia: contributo para o estudo do objecto e do processo museológico*. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Cardoso, P.M. (2004a). *A construção científica da Realidade*. IGAC. Lisboa.
- Frenzel, G. (1996). Les vitraux médiévaux, *Pour La Science*, Hors-Série, Janvier 1996, (pp.48-53). Paris.
- Godelier, M. (2000). *O Enigma da Dádiva*. Coleção Perspectivas do Homem. Lisboa:Edições 70.
- Hochroth, L. (2008). Éditorial, *Les Nouvelles de l'ICOM*, vol.61 (p.2). Paris.
- Le Goff, J. (1984). *Memória*. In: Enciclopédia Einaudi, vol. 1, Memória - História, (pp.11-50). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Le Goff, J. (1984). *Documento/Monumento*. In: Enciclopédia Einaudi, vol. 1, Memória –História, (pp. 95-106). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Lecointre, G., Le Guyader, H. (2001). *Classification phylogénétique du vivant*, Paris:Belin.
- Lézine, A-M, (2000). L'épisode froid du Dryas, *Pour La Science*, Hors-Série, juillet2000 (pp. 128-131): Paris.
- Moutinho, M. (1994). *A construção do objecto museológico*. Cadernos de Sociomuseologia n.º 4-1994, Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- O'Reilly, P. (2006). *As colecções privadas*. In: Jean Poirier (Coord.). História dos Costumes, vol. 10. Lisboa: Editorial Estampa.

- Poirier, J. (1999). *O Homem, o objecto e a coisa*. In: Jean Poirier (Coord.). *História dos Costumes*, vol. 3 (pp. 13-51). Lisboa: Editorial Estampa.
- Pomian, K. (1984). *Colecção*. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1, *Memória - História*, (pp.51-86). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Primo, J. (1999). *Pensar contemporaneamente a museologia*. *Cadernos de Sociomuseologia*, n.º 16, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Primo, J. (2002). *A construção do pensamento museológico contemporâneo*. *Colectânea de textos distribuídos no III.º Mestrado em Museologia*, (pp. 1-76). Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Rivière, G.H. (1989). *La Muséologie*. Paris : Dunod.
- Rivière, G.H. et Leroux-Dhuys, J-F., (2006). *Museus e colecções públicas. Museologia e museografia*. In: Jean Poirier (Coord.). *História dos Costumes*, vol. 10, (pp. 127-147). Lisboa: Editorial Estampa.
- Squire, L. e Kandel, E. (2002). *Memória, da mente às moléculas*. Biblioteca Científica. Porto: Porto Editora.
- Testot, L. (2008). *L'histoire au défi du monde*. In : *Histoire Globale. Un autre regard sur le monde*. (Coord. Laurent Testot). Collection Synthèse. Paris: Éditions Sciences Humaines.
- Weil, F., (2006). *O Homem e o livro*. In: Jean Poirier (Coord.). *História dos Costumes*, vol. 10, (pp. 149-166). Lisboa: Editorial Estampa.

